

Assembleia Fiscaliza

10 DE JULHO DE 2019

Pronunciamento do Desembargador Nelson Missias de Moraes

Creio que estamos protagonizando aqui um momento simbólico, que se reveste de grande importância para o atual estágio e para o futuro de nossa Minas Gerais.

O que vemos é uma iniciativa do Poder Legislativo, em sua missão de fiscalizar e de propor, acolhida pelo Poder Executivo, com seu mandato para executar e dirigir, sempre em busca das melhores soluções, e com a presença do Poder Judiciário, com sua obrigação de mediar, negociar, quando possível oferecer soluções, e julgar.

Nenhum dos três poderes, neste momento, se afasta ou abre mão de sua autonomia e independência, mas todos entendemos que nosso objetivo é único: buscar o melhor que seja capaz de conduzir ao bem-estar de nossos cidadãos.

Temos vivido no Brasil momentos tensos, muitas vezes difíceis, que algumas vezes quase resvala para o confronto direto entre os poderes. Confronto esse que, infelizmente, não tem sido marcado pela disputa de ideias ou princípios, mas tão-somente pelo rancor, pelo ódio, pela disputa pura e simples por mais poder.

Aqui em Minas, não temos seguido esse caminho. A crise nos afeta a todos, enquanto Poder, mas ela afeta muito mais o cidadão mineiro, de todos os rincões. Então, nossa responsabilidade é a de buscar e encontrar caminhos, cada um em sua esfera de atuação.

Por tudo isso, cabe-nos louvar a iniciativa da Assembleia Legislativa, por seu competente presidente, Agostinho Patrus, junto com todos os demais 76 parlamentares que integram esta Casa, ao instituir o programa Assembleia Fiscaliza e elaborar propostas que, com certeza, irão ajudar o estado a sair da crise.

Cabe-nos, igualmente, louvar o comportamento de verdadeiro homem público do governador Romeu Zema, pela real compreensão de seu papel como líder do processo de reerguimento

de Minas, para o qual ele sabe que não poderá prescindir da colaboração não apenas dos demais poderes, mas de todos os segmentos sociais do estado.

E cabe-me, finalmente, reafirmar a disposição do Poder Judiciário de ser um participante ativo e proativo desse processo, oferecendo sua presença e seu envolvimento, sempre que eles se fizerem necessários, dentro de suas limitações constitucionais, como, aliás, já vem ocorrendo.

Meus parabéns, portanto, ao Legislativo mineiro, através do competente presidente Agostinho Patrus, por, mais uma vez, marcar sua presença com uma iniciativa resgatadora da cidadania.

Meus cumprimentos ao governador Romeu Zema, pela sabedoria de entender que a vida pública se faz e se fará sempre pelas somas e parcerias e pela compreensão das diferenças.